



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638670 - DF (2021/0001499-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS
PACIENTE : ITRIA LIMA DE CARVALHO ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ITRIA LIMA DE CARVALHO ALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (Agravado em Execução n. 0743145-98.2020.8.07.0000).

O paciente cumpre pena de 22 anos de reclusão pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do CP, estando atualmente em regime semiaberto.

O Tribunal de origem manteve a decisão que indeferiu o benefício de prisão domiciliar humanitária com base na seguinte fundamentação (fls. 199-201):

Da leitura do referido artigo, vê-se que a regra é a concessão da prisão domiciliar somente mediante o preenchimento de alguns dos requisitos, e para os apenados em regime aberto.

No entanto, os Tribunais Superiores têm concedido o benefício para os apenados em regime fechado e semiaberto, em hipóteses excepcionais, a depender da comprovação da existência de doença grave cujo tratamento médico não possa ser oferecido no estabelecimento médico ou em unidade hospitalar adequada.

[...]

Da leitura dos autos, percebe-se que a agravante cumpre pena de 22 (vinte e dois) anos de reclusão, atualmente no regime semiaberto, pela prática do crime de homicídio qualificado, previsto no artigo 121, §2º. Inciso I e IV, do Código Penal (ID 20045543 – págs. 16/21).

Nos termos do relatório médico juntado aos autos (ID 20045543 – pág. 9), a agravante foi atendida no Serviço Médico da Penitenciária Feminina do DF, sendo constatado que:

Paciente é portadora de asma brônquica. (sic) Foi consultada a última vez nesta unidade em 15/07/20, quando foram escutadas

as queixas e prescritas medicações.

Esclareço que tem esporadicamente crises de dispnéia para as quais recebe o devido protocolo clínico e que recebe medicações bronco dilatadoras e que tem em posse a bombinha.

Caso apresenta alguma crise de dispneias, a equipe de saúde é acionada e se procederá a terapêutica necessária.

Está em boas condições de saúde (...).

Portanto, constata-se que a agravante cumpriu o período de quarentena dentro do sistema prisional e está sendo devidamente acompanhada pela Equipe Médica, a qual descreveu não terem sido evidenciados quaisquer sinais de gravidade, pela Pandemia, em relação ao seu estado de saúde inicial. Relatou ainda, que, em casos de crise, a sentenciada tem pronto atendimento e fornecimento de medicações adequadas para contornar a crise.

Cumpra registrar que, apesar da preocupação acerca da pandemia pelo contágio do novo Coronavírus (COVID-19) as autoridades penitenciárias do Distrito Federal estão cientes da gravidade da situação e já vêm adotando medidas de prevenção e critérios técnicos das autoridades sanitárias e de saúde nos presídios (como o Plano de Contingência para Epidemia da Doença pelo Coronavírus 2019 do DF, em 11/03/2020, e Plano de Ação Emergencial em Saúde Pública no Sistema Prisional – Surtos e Múltiplas Vítimas).

[...]

Disto isso, apesar de a sentenciada pertencer ao grupo de risco previsto na Resolução nº 62 do CNJ, por ser portadora de doença grave, verifico dos documentos acostados nos autos, que ela tem atendimento médico e que está sendo regularmente acompanhada, com a adoção de todas as medidas terapêuticas cabíveis, tanto em relação ao Coronavírus quanto em relação à asma, e que, até o presente momento, encontra-se com boa saúde e controle clínico.

Assim, não tendo havido a comprovação de que a agravante apresenta doença grave, cujo tratamento, mesmo diante da pandemia do Coronavírus, não pudesse ser realizado no estabelecimento prisional, inviável a concessão do benefício da prisão domiciliar humanitária.

A impetrante sustenta que o paciente deve ser posto em prisão domiciliar, uma vez que faz parte do grupo de risco da covid-19.

Requer, liminarmente, a concessão de prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente